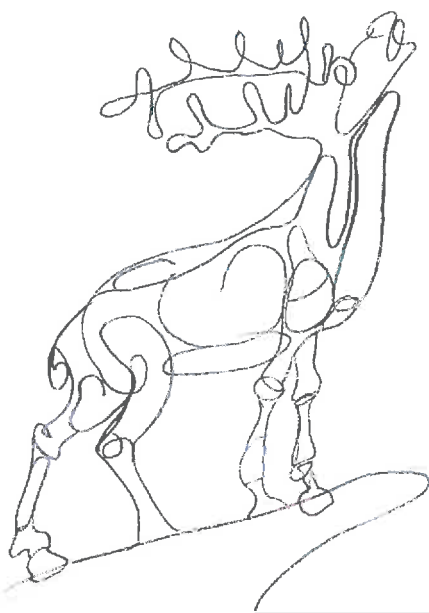




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS




Convite

CONSULTA PRÉVIA

Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico




JOÃO FERNANDO BRITO MOQUEIRA
Presidente da Câmara Municipal

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

INDICE

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento.....	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento	3
Artigo 5.º - Órgão competente para prestar os esclarecimentos	3
Artigo 6.º - Preço base.....	3
Artigo 7.º - Documentos que constituem a proposta.....	4
Artigo 8.º - Propostas Variantes.....	4
Artigo 9.º - Prazo para apresentação das propostas	5
Artigo 10.º - Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta	5
Artigo 11.º - Dúvidas e Esclarecimentos.....	5
Artigo 12.º - Critério de adjudicação	5
Artigo 13.º - Negociações.....	5
Artigo 14.º - Caução.....	5
Artigo 15.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	6
Artigo 16.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário	6
Artigo 17.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	6
Artigo 18.º - Despesas e encargos do concorrente.....	6
Artigo 19.º - Legislação aplicável.....	7
ANEXO I - Modelo de declaração	8
ANEXO II - Modelo de declaração	10
ANEXO III - Modelo de Declaração da Proposta de Preço.....	11



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

Artigo 1.º
Identificação do Procedimento

Consulta Prévia com a referência CPR-022-18 que visa a aquisição de serviços denominada “Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico”.

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

Município de Vila Nova de Cerveira
Praça do Município
4920-284 Vila Nova de Cerveira
Telf. Geral: 251 708 020
Fax: 251 708 022
Correio Eletrónico: infraestruturas@cm-vncerveira.pt

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

O Presidente da Câmara Municipal, por despacho, emitido no exercício de competência própria em 1 de agosto de 2018.

Artigo 4.º
Fundamento da escolha do procedimento

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante abreviado designadamente por CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com o limite ao valor do contrato constante da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, adotou-se um procedimento por **Consulta Prévia**.


Artigo 5.º
Órgão competente para prestar os esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri.

Artigo 6.º
Preço base

O montante máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é de 45.500,00 € (quarenta e cinco mil e quinhentos euros), que limita o preço contratual, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

Artigo 7.º

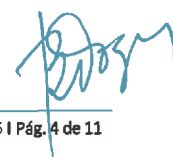
Documentos que constituem a proposta


1. A proposta será instruída com os seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b. Declaração com a proposta de preço, elaborada em conformidade com o **anexo III**, do presente convite;
 - c. Nota justificativa do valor dos honorários propostos;
 - d. Documentos que especifiquem a metodologia e o programa de desenvolvimento do trabalho, correspondente cronograma detalhado das tarefas a desenvolver e especificação dos pontos críticos que o podem condicionar e meios materiais previstos para cada uma das tarefas, nomeadamente:
 - i. Memória Descritiva e Justificativa que evidencie a capacidade e garantia de boa execução das várias atividades a desenvolver no âmbito da aquisição de serviços, com indicação pormenorizada do seu modo de organização, gestão, coordenação, metodologias de ação, meios materiais previstos, etc.;
 - ii. Os elementos a fornecer pela entidade adjudicante para o desenvolvimento dos trabalhos;
 - iii. A identificação de possíveis condicionantes externas que possam por em causa a boa execução dos trabalhos;
 - iv. Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços que se propõe fornecer;
 - v. O plano de trabalhos e o cronograma de execução das ações.
 - e. Plano de pagamentos;
 - f. Organigrama da equipa técnica, devendo ser referenciado o Coordenador do Projeto e restante corpo técnico;
 - g. Identificação e descrição dos equipamentos a afetar à aquisição de serviços;
 - h. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar com interesse para o presente procedimento, e que não estejam em contradição com o mesmo.
2. De acordo com o artigo 60.º do CCP os preços constantes da proposta **são indicados em algarismos e não devem incluir o imposto sobre o valor acrescentado, devendo mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e taxas aplicáveis, se este for legalmente devido.**

Artigo 8.º

Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

Artigo 9.º

Prazo para apresentação das propostas

A proposta e a documentação exigida deverão, sob pena de exclusão, ser entregues, através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>), até às 18h00m do dia 17 de setembro de 2018.

Artigo 10.º

Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta

1. A apresentação de todos os documentos que constituem a proposta deverá ser efetuada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>).
2. Todos documentos submetidos na plataforma eletrónica no domínio da presente consulta prévia devem ser assinados eletronicamente pelos concorrentes ou seus representantes, através de aposição de assinatura eletrónica qualificada de representação, de acordo com imposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

Dúvidas e Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>).
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>).

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço ou custo, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. No caso de o mais baixo preço constar de mais de uma proposta, o desempate será efetuado por sorteio, sendo notificados todos os concorrentes da data e hora a efetuar o mesmo.

Artigo 13.º

Negociações


A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 14.º

Caução

Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

Artigo 15.º

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. O adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certidão de Registo Comercial;
 - d. Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) no contrato (nome completo, estado civil, freguesia e concelho de naturalidade, residência, n.º do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão, respetiva data de emissão e serviço que o emitiu).
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>) na ferramenta de Gestão de Mensagens.

Artigo 16.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

1. Os documentos devem ser apresentados no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação da adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública Vortalgov (<http://www.vortalgov.pt>), na ferramenta de Gestão de Mensagens.
2. Se eventualmente forem detetadas irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário tem **3 (três) dias úteis**, após notificação do Município de Vila Nova de Cerveira para suprir as irregularidades detetadas.

Artigo 17.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas


É de **66 (sessenta e seis) dias**, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 18.º

Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

Artigo 19.º
Legislação aplicável


Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

O presente Convite contém onze folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Vila Nova de Cerveira, 10 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,


João Fernando Brito Nogueira

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a)...

b)...

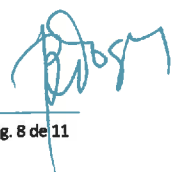
3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.


4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	


... (local),... (data),... [assinatura (4)].


(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.


⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	CONVITE
	CONSULTA PRÉVIA – Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico	

ANEXO III

[Modelo de Declaração da Proposta de Preço]

... (nome, número de documento de identificação, morada completa, número de identificação fiscal, números de telefone e/ou telemóvel, endereço eletrónico), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes (moradas completas, números de telefone e/ou telemóveis, endereços eletrónicos)), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite enviado pelo Município de Vila Nova de Cerveira, em .../09/2018, relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem por objeto a aquisição de serviços denominada “Onda Verde no Vale do Minho – Estudo Técnico – Científico”, com a referência CPR-022-18, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar os serviços objeto do contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas pelo preço contratual de € ...,... (..... Euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Ao preço proposto acresce o valor de IVA à taxa legal de ...%, correspondendo a € ...,... (... Euros).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽²⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

